

 PMMS	<p style="text-align: center;">LAVRATURA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO</p>	PROCESSO: 3.07	
		PADRÃO: 3.07.08	
		ESTABELECIDO 25/10/2019	EM:
NOME DO PROCEDIMENTO: Registro de acidente de trânsito com vítima (lesão corporal). RESPONSÁVEL: Policial militar.		REVISADO EM: 02/04/2020	
ATIVIDADES CRÍTICAS			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de conhecimento básico de informática. 2. Falta de preenchimento de dados obrigatórios exigidos pelo sistema. 3. Falta de acesso à internet e de equipamento eletrônico para registro e/ou a impressão do BOAT (boletim de ocorrência de acidente de trânsito). 			
SEQUÊNCIA DE AÇÕES			
<p>Procedimento do Policial Militar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimento no local pela guarnição. 2. Solicitar a presença da polícia judiciária (delegado de polícia) para fins de acionamento da perícia técnica, conforme Manual do Operador de Segurança Pública/SEJUSP MS 2009. <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Solicitar a presença da polícia judiciária militar (oficial de serviço), caso envolva veículo militar para acionamento de perícia técnica, conforme Art. 9º do Código Penal Militar (CPM). 3. Não comparecendo no local do acidente de trânsito a polícia judiciária ou a perícia técnica, informar na descrição do acidente o nome do delegado de polícia responsável. 4. Registrar a ocorrência na modalidade “No Local”, inserindo-a no SISBOAT (SISTEMA DE REGISTRO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO) com o respectivo CROQUI e declaração do envolvido. 5. Não sendo possível o registro no SISBOAT no local do atendimento da ocorrência, realizar no formulário de preenchimento de registro de acidente de trânsito “manual” e no primeiro momento inserir no referido sistema. 6. O CROQUI deverá ser confeccionado mesmo se os veículos envolvidos tiverem sido retirados do local (descaracterizado), pois deverá conter outras informações pertinentes ao acidente de trânsito para subsidiar os processos judiciais e/ou administrativos. 			

7. Quando socorrida uma das partes e impossibilitada sua identificação no local do acidente de trânsito, os dados deverão ser coletados na unidade de saúde ou instituição que prestou o atendimento de socorro.
8. Nos crimes de ação pública condicionada e os de ação privada, lavrará um BO (BOLETIM DE OCORRÊNCIA) criminal e encaminhará à autoridade policial quando houver representação ou queixa das partes (ver seção esclarecimentos, item 2).
 - a. **Existindo o interesse da vítima em representar o autor - no momento do atendimento o policial militar deverá encaminhar os envolvidos para a delegacia de polícia e lavrar o respectivo BO (BOLETIM DE OCORRÊNCIA).**
 - b. **Existindo o desinteresse da vítima em representar o autor – a vítima deverá constar em sua declaração seu desinteresse em representá-lo criminalmente naquele momento. O policial militar deverá orientá-la que poderá fazê-la em uma delegacia de polícia em até seis meses do fato.**
9. Lavrará um BO (BOLETIM DE OCORRÊNCIA) criminal e encaminhará a autoridade policial se for constatado **outros crimes**.

POSSIBILIDADES DE ERRO

1. Registrar outra modalidade de BOAT, diferente do procedimento em epígrafe.
2. Retirar os veículos do local (descaracterizar) e não colher os vestígios e as medições necessárias do CROQUI.
3. Registrar no SISBOAT dados divergentes ou a ausência destes nos campos obrigatórios.
4. Solicitar ou exigir qualquer valor para realizar a liberação do BOAT aos envolvidos.

RESULTADOS ESPERADOS

1. Que as partes envolvidas retirem o BOAT para as devidas demandas ou necessidades.
2. Correta realização do preenchimento para gerar estatísticas confiáveis.
3. Realizar o levantamento da ocorrência de forma isenta e imparcial.

AÇÕES CORRETIVAS

1. Possuir antecipadamente login e senha para acessar o SISBOAT e registrar a ocorrência de acidente de trânsito.
2. Realizar o registro no SISBOAT conforme dados colhidos no local do acidente de trânsito, preenchendo no mínimo os campos obrigatórios.

REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES

1. NBR 10697 de junho de 1989 - Pesquisa de acidentes de trânsito.
2. NBR 12898 de novembro de 1993 - Relatório de Acidente de Trânsito.
3. Manual do Operador de Segurança Pública/Comissão Técnica, Resolução SEJUSP nº 453/2009 – Campo Grande – MS: Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado Mato Grosso do Sul – SEJUSP/MS.2009.
4. Lei estadual 1.810 de 22 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre os tributos de competência do Estado e dá outras providências.
5. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
6. Lei nº 1.888, de 23 de julho de 1998 - Dispõe sobre prestação de informações às vítimas e familiares de acidentes de trânsito, através do Boletim de Ocorrência.
7. Lei complementar estadual de nº 190 de 04 de abril de 2014.
8. Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974 - Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.
9. Resolução do Contran nº 544, de 19 de agosto de 2015, Estabelece a classificação de danos decorrentes de acidentes, os procedimentos para a regularização, transferência e baixa dos veículos envolvidos.
10. Resolução do Contran nº 607, de 24 de maio de 2016, Estabelece o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito – RENAEST e dá outras providências.

ELABORADOR:

FRANCO ALAN DA SILVA AMORIM – TC QOPM.
WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO – CAP QOPM.
MARCOS BEZERRA DA SILVA – TEN QAOPM.
DANIELA FERNANDEZ DOS SANTOS – ST QPPM.
SANDRA APARECIDA DA SILVA ALMEIDA – 1º SGT QPPM.
PAULO HENRIQUE DA SILVA LEITE - SD QPPM.

APROVADO:

Comandante-Geral da PMMS

REVISADO POR:

APROVADO:

Comando- Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul
PM-3/PMMS

Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 1.203, Parque dos Poderes – Campo Grande/MS - CEP 79.037-100

FRANCO ALAN DA SILVA AMORIM – TC QOPM. WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO – CAP QOPM. IDACIO LOPES RIQUELME- TEN QOPM WALDOMIRO VARGAS JUNIOR- TEN QAOPM	<hr/> Waldir Ribeiro Acosta – Cel QOPM Comandante-Geral da PMMS Mat. 38837021
RELAÇÃO DAS PÁGINAS E TÓPICOS ALTERADOS:	DIFUSÃO:
SEQUENCIA DE AÇÕES item 8 a,b e 9;	PUBLICO INTERNO
ESCLARECIMENTOS:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. No atendimento no local pela PMMS que não for possível coletar os dados do veículo e/ou das partes, deverá ser registrado (B.O, parte diária, relatório de serviço...) o motivo da impossibilidade de registro do BOAT. 2. O crime previsto no art. 303 da lei 9.503 (CTB), lesão corporal culposa, é condicionado à representação das partes, não sendo necessário realizar o BO criminal, conforme previsão do art. 291 §1º da referida lei, exceto se o agente, ao cometer a lesão corporal, incidir em qualquer dos itens: I - sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência; II - participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente; ou III - transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora). 3. Poderá ser realizada a complementação do BOAT quando chegar ao conhecimento da administração fatos novos pertinentes ao registro já realizado, após parecer favorável do policial que realizou o registro. 4. Existindo solicitação, das partes envolvidas, de alteração, complementação ou exclusão do texto original no BOAT, deverá o atendente entregar ao solicitante o requerimento de solicitação de alteração ou inclusão de dados, conforme modelo do procedimento do formulário de preenchimento de registro de acidente de trânsito, imagem 12. Deferido, 	

confeccionar a certidão de alteração do BOAT, conforme modelo do procedimento supracitado, imagem 14, com os fatos novos.

5. Na impressão do BOAT deverão constar o croqui e a declaração. Existindo ainda, deverão constar a certidão de alteração de documento, os requerimentos, as imagens e outros.
6. O registro do BOAT no local é confeccionado pelo Policial Militar independente de ser agente da autoridade de trânsito, conforme art. 2º, Inciso XIII da lei complementar estadual de nº 190 de 04 de abril de 2014.
7. Na impressão do BOAT, as partes são isentas da cobrança da DAEMS, conforme previsão legal da Lei estadual nº 1.888, de 23 de julho de 1998.
8. A entrega do BOAT ao solicitante deverá conter a assinatura do chefe/comandante ou pessoa autorizada, sendo a assinatura do atendente no canto inferior direito de cada página e do chefe/comandante/pessoa autorizada na última página “Assinatura Chefe”.